

Economistas estão preocupados com “pacote” de Sarney

Luiz Sérgio Guimarães

São Paulo — Expectativa pela definição da política econômica do Governo Sarney, que será fixada pelo pacote que sai esta semana; preocupação com o aumento da carga tributária incidente sobre a sociedade; apreensão quanto a divergências entre Ministros, e opiniões conflitantes sobre a eficácia ou não do rígido controle de preços foram os temas que movimentaram, na última semana, um jantar de economistas, destinado, em princípio, a transformar-se em um encontro histórico.

Afinal, o buffet La Residence preparou-se para ser, na noite de quinta-feira passada, palco de uma reunião até agora inusitada, decorridos poucos meses da administração Sarney: ilustres economistas da Velha República, ou pelo menos identificados com ele em suas posturas, iriam jantar com ilustres economistas da Nova República. Mas o encontro frustrou-se, por algumas ausências desses últimos. E, por isso, os fotógrafos perderam a rara oportunidade de registrar, por exemplo, um aperto de mão entre o atual Ministro do Planejamento, João Sayad, e o seu antecessor, Delfim Neto.

Delfim's “boy”

O ex-Ministro foi um dos primeiros economistas a comparecer ao jantar, organizado pela Associação dos Diplomados da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (Adifea), destinado a empossar o primeiro conselho consultivo da entidade. E Sayad tratou, logo no começo da tarde, de avisar aos organizadores do jantar que não poderia comparecer: o desempenho do seu cargo tornava indispensável que acompanhasse a comitiva presidencial que prestigiou a entrega do Prêmio Juca Pato de intelectual do ano ao Senador Fernando Henrique Cardoso, líder do Governo no Congresso, que acontecia na mesma hora do jantar.

Mas não são conhecidos os motivos que levaram outros expoentes da Nova República a declinarem do convite, como o Secretário da Fazenda de São Paulo, Marcos Gianetti da Fonseca e o diretor da Caixa Econômica do Estado de São Paulo, José Maria Arbex, todos ex-alunos da FEA-USP. À margem da Velha e da Nova República, já que critica ambas, o diretor-técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), Walter Barelli, não se furtou ao encontro, chegando inclusive a cumprimentar carinhosamente o professor Delfim Neto, com um afago de mão direita no rosto do ex-Ministro.

Um que sempre se alinhou nas fileiras dos antigos Delfim's Boy — embora nunca tenha ocupado um cargo na Velha República —, o atual presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Adroaldo Moura da Silva, dirigiu-se logo à entrada do buffet ao ex-Ministro, a quem abraçou discretamente: “E aí mestre, tudo bem?”.

— Tá tudo em ordem — respondeu Delfim com um largo sorriso.

De entrevista a imprensa, ambos e o ex-titular da Secretaria Especial de Controle das Empresas Estatais (SEST), Nelson Mortada, pouco quiseram saber. “Para vocês só tenho duas palavras: boa-noite”, desculpou-se Delfim. Moura da Silva foi mais direto: “Hoje é dia de confraternização. A gente pode conversar sobre a CVM outra dia”. Mortada esquivou-se de uma maneira clássica: “deixa eu cumprimentar o pessoal e depois a gente conversa”.

O presidente do conselho da Adifea, Pery Bomeisel, rechaçou prontamente qualquer tentativa de associar a ausência dos economistas da Nova República a “conflitos ideológicos”. No amplo salão do Residence ele identificou várias correntes (monetaristas adeptos de tratamentos de choque, keynesianos clássicos, nekeynesianos gradualistas, liberais puros defensores inarredáveis das livres forças do mercado, mas não conseguiu apontar nenhum estruturalista cepaliano com tendências marxistas), porém todas irmanadas “para conseguir uma solução aos graves problemas nacionais”.

Dos três economistas que concordaram em dar entrevistas — além de Barelli, o presidente do Conselho de Administração do Mappin, Carlos Antônio Rocca, e o ex-presidente da Telesp e da Cobal, Antônio Salles Leite — surgiram elogios à política de controle de preços empreendida pelo Governo. Mas com ressalvas. Tecnicamente, para Barelli, o controle de preços causa um impacto benéfico: já conseguiu quebrar a expectativa altista nutrida por empresas pessimistas que apostavam numa hiperinflação entre 300% e 500% este ano. Elas, segundo o economista, já estão trabalhando com números em torno de 230% e 250%.

Mas os efeitos do controle de preços se extinguem no curto prazo, se não forem adotadas medidas complementares, como o aumento da produção e a redução dos custos. Se a intenção do Governo — segundo Barelli só se conhecem intenções do Governo e não uma política econômica consistentemente anunciada — for abrandar o controle de preços. Ele

Foto de Isaias Feitosa



Sayad não foi ao jantar. Barelli foi e cumprimentou Delfim

deveria, em contrapartida, “congelar” por um determinado período um dos itens fundamentais para determinação do custo de vida. Ou seja, instituir uma cesta básica de gêneros alimentícios.

— Um gelido arrepio percorre a espinha dos economistas quando se fala em congelamento. Mas, ora, se um dos principais preços da economia, o dos salários, permanece literalmente congelado por seis meses, porque não se tenta a mesma coisa com os alimentos básicos? — pergunta Barelli.

Rocca também elogia o impacto que o controle de preços causou na sociedade. Sem ele, raciocinou o empresário, a inflação corria o risco de explodir. Para a baixa da inflação, porém, muito contribuiu a evolução dos preços agrícolas, que ascenderam num ritmo de 6% ao mês. Mas com o passar do tempo, o controle terá inevitavelmente que ser afrouxado, faltando definir uma política anti-inflacionária duradoura, que favoreça uma queda continuada e permanente da inflação.

Para isso, contudo, raciocinou o presidente do Mappin, entram fatores cuja solução é intrincada, como o déficit público, a questão das taxas de juros e a política salarial. Apesar de os preços agrícolas e industriais terem sofrido, nos últimos meses, reajustes inferiores aos salários, um corte nos salários através de um não-reajuste da tabela de incidência do Imposto de Renda pode afetar sensivelmente as vendas comerciais, que até agora vem evoluindo satisfatoriamente.

Defensor da livre iniciativa, o economista e Deputado Federal (PDS-SP) Antônio Salles Leite é por princípio contra qualquer controle de preços. Mas não deixa de louvar a rapidez com que, lançando mão desse instrumento, o Governo conseguiu quebrar a espinha dorsal da inflação: a expectativa psicológica realimentadora. O economista teme, contudo, que o não reajuste dos preços dos combustíveis possa provocar um rombo nas contas da Petrobrás. E, perplexo, perguntou: “Se era tão simples baixar a inflação, por que o Governo passado não conseguiu?” O único ponto negativo no novo Governo, segundo ele, é a falta de uma linha de coerência entre diversos Ministros. “Se vários vetores estão apontados para sentidos diferentes, a soma pode ser uma tragédia”, garantiu.